Dados acessados pela Receita na “lava jato” foram apagados

O registro de dados de contribuintes acessados por servidores da Receita Federal no início da “lava jato” foram apagados. É o que aponta um documento do Serviço Federal de Processamentos de Dados (Serpro), obtido pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Reprodução

Informações do início da "lava jato" foram apagados

De acordo com a reportagem, a estatal foi contratada para guardar as informações por 16 anos, mas, com uma “apuração especial” de abril de 2017, passou a manter os dados por cinco anos.

O documento, segundo o jornal, aponta que o Fisco usa ao menos sete sistemas de informação para guardar detalhes uso de cartão de crédito, movimentação financeira e operações imobiliárias.

Com os arquivos, é possível saber quais auditores acessaram dados de um determinado contribuinte e, consequentemente, se a consulta foi irregular.

De acordo com a *Folha*, o Serpro recuperou dados sobre acesso às declarações de imposto de renda e um "dossiê integrado", que agrega alguns sistemas da Receita. Ao jornal, o Fisco não quis comentar o documento para "garantir o sigilo do caso e seus envolvidos".

Em nota à **ConJur**, o Serpro afirmou que está fazendo uma apuração interna e que "não foi consultado ou recebeu quaisquer questionamentos relacionados à matéria publicada".

Limites legais
Esta não é a primeira vez que se discute a obtenção informal de dados sigilosos da Receita Federal. De acordo com reportagem do dia 27 de agosto, a Receita fez consulta interna sobre a possibilidade de apagar rastros digitais de investigadores do órgão que analisam informações de contribuintes.

Além disso, mensagens obtidas pelo *The Intercept Brasil* e divulgadas pela *Folha*, mostraram que os procuradores da força-tarefa da "lava jato" pediam fora dos autos que um servidor da Receita fizesse

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

devassa na vida financeira de investigados ou até de pessoas próximas aos alvos.

Em fevereiro, reportagem da **ConJur** revelou que o Fisco criou uma estrutura policial interna destinada a investigar autoridades,com a Nota Copes 48. A nota fala em 134 pessoas, entre autoridades e pessoas ligadas a elas.

O Fisco nunca divulgou a lista de investigados, mesmo depois de requerimento do Congresso Nacional, mas hoje se sabe que os ministros Toffoli e Gilmar Mendes e suas mulheres estão entre os investigados.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, mandou a Receita Federal suspender as investigações secretas de autoridades. Segundo o ministro, há "graves indícios de ilegalidade no direcionamento das apurações em andamento".

Date Created
10/09/2019

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.